

ESPÍRITO SANTO

APERTA O CINTO

Com ou sem crise federativa, vários estados estão tendo que fechar a mão, como mostra o Espírito Santo. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo terminou ontem de aprovar 13 medidas como parte de um programa de contenção de gastos destinado a possibilitar a retenção de 20% dos salários, uma jornada de trabalho menor, teto salarial de R\$ 8 mil e o corte de 30% nos cargos comissionados.

As medidas — que integram um pacote do governador José Ignácio Ferreira (PSDB) — devem permitir uma economia de 40% nos R\$ 95 milhões gastos com pessoal, equivalente a 95% da receita estadual. “Elas são autorizativas e o governador as implementará segundo a necessidade”, explica o secretário de Administração, Antônio Pimentel, acrescentando que os salários de janeiro incluirão a retenção de 20% ao serem pagos — em 15 de fevereiro.

Ao tomar posse no início do mês, José Ignácio encontrou um estado com três meses de atraso no pagamento de salários, gastos de R\$ 120 milhões, uma dívida de R\$ 600 milhões e uma receita mensal de apenas R\$ 100 milhões. Não por acidente, o governador dispensou 21.657 servidores temporários quatro dias depois de sua posse. José Ignácio também bloqueou o pagamento de fornecedores por 60 dias, assim como as horas extras. Até o início do ano letivo foi adiado para fevereiro.

Mas o pacote vem despertando a ira dos servidores estaduais, que chegaram a explodir um rojão e jogar sacolas com amônia no plenário da Assembleia na sexta-feira, quando o projeto entrou em votação. Dirigentes sindicais da categoria devem recorrer à Justiça contra as medidas e já falam em greve.

RECURSO

O governador Itamar Franco (PMDB) apresentou ao Tribunal de Justiça mineiro um recurso contra a decisão, pelo governo federal, de bloquear os repasses de dinheiro para o estado. Aluizio Quintão, o desembargador que recebeu o recurso ontem à tarde, deverá emitir um parecer sobre o assunto ainda hoje.

O bloqueio dos repasses veio em represália contra a moratória anunciada por Itamar na sexta-feira, dia 8, contra as dívidas do estado em relação à União. Em seu recurso, o governador mineiro pediu a anulação de um ato assinado por seu antecessor, Eduardo Azeredo (PSDB), que dá às agências bancárias o poder de reter recursos para pagamento de dívidas com o governo federal.

A União pode ter novos problemas. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PDT), anunciou que também pretende entrar com uma ação cautelar contra a dívida de seu estado. Se o anúncio for confirmado, Garotinho será o terceiro governador a recorrer à Justiça para fugir dos pagamentos ao governo federal, seguindo o exemplo de Itamar e do gaúcho Olívio Dutra (PT).

A tradição jurídica brasileira pode ocultar terrenos férteis para os governadores. Pelo menos é isso que garante o professor de Direito da Universidade Federal do Paraná René Ariel Dotti, segundo quem a oposição poderá recorrer ao princípio legal de força maior para exigir o reexame de suas dívidas, precisando para isso provar que — de fato — simplesmente não têm como pagá-las.

Dotti explica que os poderes do Executivo são limitados e que a interferência do Judiciário será positiva para resolver o impasse entre União e estados. “Em momento de crise, precisamos contar com todos os poderes”, afirma. “O envolvimento do Judiciário é uma alternativa condizente com o estado de direito. Se o Estado errar, dependemos da Justiça para corrigir o erro. Não há causas proibidas ou absolutas.”